

HUNTER, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil*. Politicians against Soldiers. Chapel Hill and London : University of North Carolina Press, 1997 (ISBN 0807846201; *paperback*: U\$ 18,95).

INFLUÊNCIA MILITAR NA ATUAL POLÍTICA BRASILEIRA: EROSÃO OU RETIRADA?

Francisco César Alves Ferraz
Universidade Estadual de Londrina

Na historiografia política recente do Brasil, o debate sobre a transição do regime autoritário-militar (1964-1985) para os governos democráticos já produziu volumosa bibliografia documental (especialmente depoimentos orais) e analítica. Embora a variedade de interpretações seja considerável, alguns pontos parecem, no entanto, obter a concordância geral dos estudiosos. Um deles é o caráter predominantemente militar da condução das fases iniciais da distensão e transição, controlado pela cúpula presidencial (Geisel e Golbery à frente), deixando relativamente poucos espaços para as lideranças civis. Outro ponto consensual é a manutenção das prerrogativas institucionais de influência militar na política, mesmo nos governos civis do período pós-autoritário. Alguns autores chegaram, inclusive, a afirmar a permanência da tutela militar sobre a política brasileira¹.

O livro de Wendy Hunter — baseado em tese de doutorado apresentada na Universidade da Califórnia em 1992 e atualizado com dados e análises até o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso — coloca em xeque essa interpretação hegemônica. Para a autora, ao invés do reforço e/ou manutenção, houve sim *erosão do poder de influência militar na política*, principalmente a partir do governo de Fernando Collor de Mello. Apesar de força institucional dos militares (e a posse da *ultima ratio*, que seriam as armas), suas propostas e pretensões teriam sido crescentemente contestadas pelos políticos do Legislativo e do Executivo.

Como isso pôde acontecer? Segundo Hunter, a competição eleitoral criou incentivos aos políticos para reduzir o poder dos militares, de modo a ampliar seu raio de ação política e eleitoral. Na configuração político-partidária brasileira, com seus laços seculares de clientelismo e um patronato por categorias em franca consolidação (industriais, ruralistas, religiosos, categorias de trabalhadores, grupos regionais), os políticos esforçar-se-iam para contestar o poder militar, mesmo que apenas retoricamente². Dessa maneira, seja por motivos particulares (clientelismo, redes de poder pessoal e regional), seja por motivos retórico-pragmáticos (quando mesmo a direita mais conservadora adota discursos de apelo populista para se eleger), o livre jogo democrático semearia o conflito entre os interesses dos políticos civis e os dos militares. Por sua vez, a vitória eleitoral ofereceria a legitimidade necessária para desafiar os militares. Segundo esse raciocínio, a ausência de tal legitimidade fez de Sarney refém da tutela militar, o oposto de Collor, que lastreado pelos milhões de votos obtidos em 1989, desafiou e refreou o poder fardado (p. 12).

Depois de descrever o fortalecimento do poder político militar e a manutenção de grande parte de suas prerrogativas até o fim do governo Sarney, a autora escolheu quatro instâncias em que a competição eleitoral

¹ É, principalmente, os casos de STEPAN, 1988 e ZAVERUCHA, 1994. Em ambos, a perspectiva é a das relações dos militares com o governo de José Sarney e nos debates da Assembléia Nacional Constituinte. O livro de OLIVEIRA, 1994, que aborda também os governos de Collor de Mello e de Itamar Franco, também se refere à “tutela”, mas restringe o fenômeno ao período Sarney. Vale dizer que muitos analistas da política latino-americana recente ainda insistem na permanência da influência militar e nos limites impostos à consolidação democrática (cf. RUHL, 1998).

² É no mínimo curioso que próceres civis do regime militar, como Antonio Carlos Magalhães, denunciem atualmente inimigos de ocasião como “filhotes da ditadura”. Com efeito, mostrar-se “amigo dos militares” nunca rendeu muitos votos, ainda mais no período pós-autoritário...

teria determinado a erosão da influência militar: as estruturas institucionais do Estado brasileiro, os direitos trabalhistas, a política orçamentária e a definição das políticas para a Amazônia. Em todas elas, de uma maneira ou de outra, os políticos civis tiveram relativo sucesso na ampliação de seus espaços de ação e decisão, em detrimento daqueles ocupados pelos militares.

Por fim, após reforçar seu argumento principal com um rápido estudo comparativo dos casos da transição chilena, argentina e peruana, Hunter conclui que, diferentemente do que afirma a literatura histórico-sociológica das transições, a institucionalização das rotinas democráticas produziu um impacto decisivo para a diminuição do poder político militar, o que pode ser percebido também nos outros países sul-americanos estudados³. Houve, assim, uma notável redução da influência militar na política e, sua contrapartida, a expansão da capacidade de formulação e decisão dos assuntos nacionais pelos políticos civis (p. 140).

Hunter adverte, contudo, que tal redução da influência militar não significa ainda o controle democrático da instituição militar, pois é preciso que os políticos civis tomem para si a responsabilidade de debater e deliberar sobre as questões que envolvam o uso das Forças Armadas. Essa advertência, porém, não invalida sua conclusão: o declínio da influência militar é a tendência mais persistente e consolidada das relações entre os militares e civis no Brasil (p. 173).

Pela originalidade e coerência de sua hipótese principal, pode-se incluir o livro de Hunter como leitura essencial para o estudo da transição para a democracia no Brasil. No entanto, embora a afirmação do declínio atual da influência militar seja algo inquestionável, é duvidoso creditá-lo quase exclusivamente ao papel preponderante dos políticos civis, em busca de vantagens eleitorais. Se sua abordagem das “escolhas racionais” dos políticos brasileiros é brilhante, lamentavelmente sua compreensão das *motivações* dos militares brasileiros decepciona. Talvez dever-se-ia perguntar se os vários grupos que compõem as Forças Armadas brasileiras estariam mesmo dispostos a enfrentar os políticos e a opinião pública, a nova realidade estratégica mundial e seus próprios dilemas internos, para a manutenção da influência tutelar na política brasileira. Todas as pesquisas a partir dos depoimentos dos personagens militares do regime autoritário e mesmo daqueles que ocuparam postos de destaque nos governos civis, insistem na inviabilidade política e na inconveniência institucional de insistir na proeminência militar nos dias atuais (cf. D’ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1995; D’ARAUJO e CASTRO, 1997; e CONTREIRAS, 1998).

Além de conferir importância secundária às motivações militares para o (não) envolvimento na política atual, Hunter não explica porque os políticos civis deixaram de recorrer aos quartéis. As rotinas democrático-eleitorais não explicam tudo. Afinal, práticas eleitoreiras clientelísticas são anteriores à República, e estímulos eleitorais para arrebanhar cargos, verbas e espaços políticos nunca haviam antes motivado os políticos a desafiar os soldados. Muito pelo contrário, a classe política civil — à direita ou mesmo à esquerda, é importante lembrar — sempre enxergou as Forças Armadas de maneira instrumental, como um aliado imprescindível ou um inimigo temível. Tampouco a legitimidade eleitoral justifica tal mudança, pois ao longo deste século, presidentes como Vargas, Kubitschek, Jânio e Goulart foram referendados em eleições e mesmo assim foram desafiados ou mesmo derrubados pelo poder militar, para o goáudio das “vivandeiras dos bivaques”, na precisa definição do general Castello Branco para as romarias de políticos aos quartéis, desejosos de ações militares para reversão de resultados das urnas.

A polarização das eleições presidenciais de 1989 e o flagrante alívio das classes conservadoras pelas derrotas eleitorais da esquerda e pela instauração da ordem neoliberal podem fornecer pistas preciosas de que, somente após a consolidação das alianças conservadoras, os políticos tiraram o endereço da caserna de sua agenda.

Por sua vez, muitos militares brasileiros guardam ressentimentos amargos da intervenção direta na política: para esses oficiais, a instituição armada ficará para a história por ter feito o “trabalho sujo”, enquanto o empresariado e os políticos cresciam em fortuna e poder, além de posarem como paladinos da democracia.

Mudaram os políticos ou mudaram os militares? Ambos mudaram. O fim da “guerra fria” e a consolidação das estruturas neoliberais no Brasil e em seus vizinhos obrigaram civis e militares a repensarem suas idéias e

³ A exceção a essa tendência seria o caso peruano, onde houve um retrocesso provocado pela incapacidade dos governos anteriores a Fujimori em resolver o problema da guerrilha e da crise econômica.

suas práticas. Além disso, houve a ascensão natural de uma geração de oficiais mais “profissionais”⁴, conscientes das ameaças do germe da política na unidade institucional das Forças Armadas. É mais fácil, assim, entender porque os militares estariam dispostos a ceder espaços que não mais reconheceriam como seus, tais como a definição das relações de trabalho ou os cargos civis nos ministérios e nas empresas estatais. E também compreender porque os civis não encontraram obstáculos tão intransponíveis para estabelecer sua hegemonia.

Não seria possível então sugerir que, ao invés de uma *erosão* de poder, provocada pelas chuvas da democracia competitiva, foi desencadeada uma *retirada* militar, face à combinação das investidas bem sucedidas dos políticos civis em suas possessões e prerrogativas políticas, das dificuldades e perigos da cizânia no seio da tropa e do peso de uma auto-estima institucional seriamente comprometida pelo passado recente? Esta é uma questão que somente mais e mais pesquisas poderão esclarecer, e sobre a qual este livro oferece uma contribuição importante⁵.

Assim, apesar dos problemas levantados, o livro de Wendy Hunter é uma obra seminal para os estudos futuros da história política recente do Brasil. Trata-se de um trabalho que já merecia tradução para o português, possibilitando acesso mais amplo aos interessados sobre o tema. Assim, por seus méritos e pelos problemas que pode suscitar, o livro de Hunter torna-se referência obrigatória no estudo dessa fase de transição política no Brasil.

Recebido para publicação em agosto de 1999.

Francisco César Alves Ferraz (fc64@hotmail.com) é Professor-Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONTREIRAS, H. 1998. *Militares: confissões. Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D., & CASTRO, C. (orgs.). 1995. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- D'ARAUJO, M. C. & CASTRO, C. (orgs.). 1997. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- NUNN, F. M. 1995. The South American Military and (Re)Democratization: Professional Thought and Self-Perception. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, vol. 37, n. 2, p. 1-56, Summer.
- OLIVEIRA, E. R. de. 1994. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus.
- RUHL, J. M. 1998. Changing Civil-Military Relations in Latin America. *Latin American Research Review*, Albuquerque, vol. 33, n. 3, p. 257-269.
- STEPAN, A. 1988. *Rethinking Military Politics. Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press.

⁴ “Profissional” aqui não quer dizer “apolítico”, pois, a rigor, inexistia apoliticismo em uma instituição como a militar, pertencente ao Estado nacional e que monopoliza os meios de coerção política, que é a força das armas. O significado aqui sugerido é o de consciência e respeito às instituições democráticas e constitucionais. Sobre a crise de identidade militar, os impasses da nova ordem estratégica pós-guerra fria e a ascensão de oficiais mais profissionais e menos identificados com o regime militar, cf. TOLLEFSON, 1998; D'ARAUJO, SOARES e CASTRO, 1995; e OLIVEIRA, 1994. A revista *A Defesa Nacional* constitui uma excelente fonte documental sobre o debate interno a respeito dos rumos políticos e profissionais das Forças Armadas brasileiras.

⁵ A perspectiva de uma retirada da cena política, ao invés de uma derrota pura e simples para os civis, já havia sido sugerida por NUNN (1995, p. 28), em seu estudo sobre a percepção política e profissional dos militares sul-americanos face à onda democratizante em seus países.

TOLLEFSON, S. D. 1998. National Security. *In:* HUDSON, R. A. (ed.). *Brazil: a Country Study*. 5th ed. Washington, D.C.: Federal Research Division/Library of Congress.

ZAVERUCHA, J. 1994. *Rumor de sabres*. Tutela civil ou controle militar? Estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, Argentina e Espanha. São Paulo: Ática.

* * *